



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 53

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitação recebida da Presidência da Câmara dos Deputados, resolve transferir para o dia 20 mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, a sessão conjunta do Congresso Nacional, que havia sido convocada para 19 destinada à apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 399-59, na Câmara e nº 57-60, do Senado) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e dá outras providências.

Senado Federal, 13 de abril de 1961. — AURO DE MOURA ANDRADE, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O Presidente do Senado Federal torna público que, em virtude de solicitação da Presidência da Câmara dos Deputados, a sessão solene das Casas do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 21 do mês em curso em comemoração do primeiro aniversário da instalação do Poder Legislativo em Brasília será antecipada para às 14 horas e 30 minutos do mesmo dia.

Senado Federal, 13 de abril de 1961. — AURO DE MOURA ANDRADE, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu Auro Soares Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, letra p, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1961

Suspende a execução da Lei nº 14, de 18 de novembro de 1958, do Estado do Paraná.

Art. 1º É suspensa a execução da Lei nº 14, de 18 de novembro de 1958, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo

mo Tribunal, em decisão definitiva de 21 de setembro de 1959, na Representação nº 394

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de abril de 1961.

SENADOR AURO SOARES MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu Auro Soares Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, letra p, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 1961

Suspende a execução do § 2º, do art. 1º do Decreto-lei nº 650, de 20 de junho de 1947, do Estado do Paraná.

Art. 1º É suspensa a execução do § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 650, de 20 de junho de 1947 do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva de 29 de setembro de 1959, no recurso extraordinário nº 42.592.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário

Senado Federal, em 19 de abril de 1961.

SENADOR AURO SOARES MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.

1º Secretário: Senador Cunha Mello.

2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.

4º Secretário: Senador Novaes Filho.

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:

Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.

Vice-Líderes: Gaspar Velloso Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.

Vice-Líderes: Nelson Maculan — Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasbôas

Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.

Vice-Líder: Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Cunha Mello.

Giuseppe Marinho.

Argemiro Figueiredo.

Novaes Filho.

Mathias Olympio.

Guido Mondim.

Secretário: Evandro Mendes Viana

Dueto-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Péricles (PSD).

Ruy Carneiro (PSD).

Lóurival Fontes (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Barros Carvalho (PTB).

Aloisio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).

2. Freitas Cavalcanti (UDN)

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES				FUNCIONARIOS			
Capital e Interior				Capital e Interior			
Semestre	Cr\$	50,00	Semestre	Cr\$	39,00		
Ano	Cr\$	96,00	Ano	Cr\$	76,00		
Exterior				Exterior			
Ano	Cr\$	136,00	Ano	Cr\$	108,00		

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 10,50.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.
Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.

Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Veloso — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Victorino Freire — PSD.
Fausto Cabral — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Saulo Ramos — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.

SUPLENTES

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.
1. Silvestre Péricles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.

5. Pedro Ludovico — PSD.

6. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arlindo Rodrigues — PTB.
3. Paulo Fender — PTB.
4. Lima Teixeira — PTB.
1. Aloísio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Lino de Matos (UDN).
Francisco Gallotti (PSD).
Menezes Pimentel (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).

SUPLENTES

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).

3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
3. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Veloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente — PTB.
Fernandes Távora (UDN).
Sérgio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Aldo Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTES

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente — UDN).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTES

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
1. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloísio de Carvalho (PL).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD).
Sérgio Marinho, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTES

1. Padre Calazans (UDN).
2. Daniel Krieger (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Macra — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Rui Palmeira, Vice-Presidente — UDN).

Daniel Krieger (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Benedito Valadares (PSD).
Gaspar Veloso (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTES

1. Milton Campos (UDN).
2. Venâncio Igrejas (UDN).
3. Freitas Cavalcanti (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Jefferson de Aguiar (PSD).
3. Ary Vianna (PSD).
1. Fausto Cabral (PTB).
2. Barros Carvalho (PTB).
1. Mem de Sá (PL).
Secretário: João Batista Castejón Branco — Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).
Aldo Guimarães, Vice-Presidente (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTES

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Maria de Lurdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacarias de Assumpção, Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).

Jefferson de Aguiar (PSD),
Francisco Gallotti (PSD),
Miguel Couto (PTB),
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Fávora (UDN)
2. Dix-Huit Rosado (UDN)
1. Silvestre Péricles (PSD)
2. Ruy Carneiro (PSD)
3. Jorge Maynard (PSP)
1. Saulo Ramos (PTB)
2. Nelson Maculan (PTB)

Secretaria: Maria do Carmo
don Ribeiro Saraiva, Oficial Legisla-
tivo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15 ho-
ras

**Comissão de Serviço Público
Civil**

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN)
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
— PSD.

Joaquim Parente (UDN),
Sebastião Archer (PSD),
Paulo Fender (PTB),
Miguel Couto (PTB),
Aloysio de Carvalho (PL)

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN)
2. Padre Calazans (UDN)
1. Ruy Carneiro (PSD)
2. Benedito Valladare (PSD)
1. Nelson Maculan (PTB)
2. Fausto Cabral (PTB)
1. Mem de Sá (PL)

Secretaria: Italiana Cruz Alves, Ofi-
cial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas

**Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras
Públicas**

TITULARES

Jorge Maynard, Presidente (PSP).
Lino de Mattos, Vice-Presidente —
(UDN).

Da Câmara dos Deputados ns. 388, 389, 390, 392 e 393, do corrente
ano, encaminhando autógrafos dos seguintes:

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1961

(Nº 1.221-B, 56, na Câmara)

Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores
e de Serviço Público Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores o
Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 2º O C.D.D.P.H. será integrado pelos seguintes membros: Mi-
nistro da Justiça e Negócios Interiores, Ministro das Relações Exteriores,
Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente do
Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Professor Catedrático de
Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito, Professor Cate-
drático de Direito Internacional Público da Faculdade Nacional de Direito,
Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Presidente da Associação
Brasileira de Rádio, Presidente da Associação Brasileira de Educação, Lide-
res da Maioria e da Oposição na Câmara dos Deputados e no Senado.

Parágrafo único. A presidência e a vice-presidência do Conselho ca-
berão, rotativamente, ao Ministro da Justiça e ao Ministro das Relações
Exteriores.

**ATA DA 23ª SESSÃO DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª
LEGISLATURA, EM 19 DE
ABRIL DE 1951**

**PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA
ANDRADE**

As 14 horas e 30 minutos acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Cunha Meilo — Vínculo Lima —
Paulo Fender — Zacharias de As-
sumção — Lobão da Silveira — Vic-
torino Freire — Eugênio Barros —
João Mendes — Joaquim Parente —
Fausto Cabral — Fernandes Fávora —
Menezes Pimentel — Reginaldo Fer-
nandes — Dix-Huit Rosado — Arge-
míro de Figueiredo — João Arrada —
Novaes Filho — Barão Carvalho —
Ferreira Carneiro — Silvestre Péricles —
Laurindo Fontes — Jorge Maynard —
Heriberto Vieira — Aloysio de Car-
valho — Del Caro — Ary Vianna —
Jefferson de Aguiar — Arlindo Rodri-
gues — Miguel Couto — Calisto de
Castro — Nogueira da Gama — Milton
Campos — Moura Andrade — Lino de
Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra
Bueno — Lemos da Costa — Gaspar
Vellozo — Nelson Maculan — Irineu
Bernhausen — Daniel Krieger — Mem
de Sá — Guido Mondim — (42).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o com-
parecimento de 42 Srs. Senadores.
Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

O Sr. 3º Secretário — servindo
de 2º — lê a ata da sessão an-
terior, que, nesta em discussão, é
aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário dá conta do
seguinte

EXPEDIENTE

Aviso

Do Sr. Ministro da Viação e Obras
Públicas, comunicando que já foram
determinadas providências no sentido
de serem prestadas, com a devida ur-
gência, as informações solicitadas no
Requerimento nº 83-61, do Sr. Sena-
dor Mendonça Clark.

Não se conhecimento ao requere-
nte.

Ofícios

De agradecimento da comunicação
referente à composição da nova Mesa
do Senado:

- dos Presidentes das Assembleias
Legislativas
- da Bahia
- de São Paulo

Art. 3º Os membros do C.D.D.P.H. e o secretário que for designado
pelo Ministro da Justiça receberão o jeto de presença de Cr\$ 500,00 (qu-
nhentos cruzeiros) por sessão, até o máximo de quatro sessões mensais.

Art. 4º Compete ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa
Humana:

1º promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das
normas relativas aos direitos da pessoa humana, insculpidas na Consti-
tuição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Funda-
mentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Hum-
nos (1948);

2º promover a divulgação do conteúdo e da significação de cada um
dos direitos da pessoa humana mediante conferências e debates em uni-
versidades, escolas, clubes, associações de classe e sindicatos e por meio
da imprensa, do rádio, da televisão, do teatro, de livros e folhetos;

3º promover nas áreas que apresentem maiores índices de violação
dos direitos humanos:

- a) a realização de inquéritos para investigar as suas causas e adotar
medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo daqueles direitos;
- b) campanhas de esclarecimento e divulgação;

4º promover inquéritos e investigações nas áreas onde tenham ocorrido
fraudes eleitorais de maiores proporções, para o fim de sugerir as medidas
capazes de esconder de vícios os pleitos futuros;

5º promover a realização de cursos diretos ou por correspondência,
que concorram para o aperfeiçoamento dos serviços policiais, no que con-
cerne ao respeito dos direitos da pessoa humana;

6º promover entendimentos com os governos dos Estados e Território,
cujas autoridades administrativas ou policiais se revelem, no todo ou em
parte, incapazes de assegurar a proteção dos direitos da pessoa humana,
para o fim de cooperar com os mesmos na reforma dos respectivos serviços
e na melhor preparação profissional e cívica dos elementos que os compo-
õem;

7º promover entendimentos com os governos estaduais e municipais
e com a direção de entidades autárquicas e de serviços autônomos, que
estejam, por motivos políticos, cagando ou perseguindo seus servidores,
por qualquer meio, inclusive transferências, remoções e demissões, a fim
de que tais abusos de poder não se consumem ou sejam, afinal, anulados;

8º recomendar ao Governo Federal e aos dos Estados e Territórios a
eliminação do quadro dos seus serviços civis e militares, de todos os seus
agentes que se revelem reincidentes na prática de atos violadores dos di-
reitos da pessoa humana;

9º recomendar o aperfeiçoamento dos serviços de polícia técnica dos
Estados e Territórios de modo a possibilitar a comprovação da autoria dos
delitos por meio de provas indiciárias;

10. recomendar ao Governo Federal a prestação de ajuda financeira
aos Estados que não disponham de recursos para a reorganização de seus
serviços policiais, civis e militares no que concerne a preparação profissio-
nal e cívica dos seus integrantes, tendo em vista a conciliação entre o
exercício daquelas funções e o respeito aos direitos da pessoa humana;

11. estudar e propor ao Poder Executivo a organização de uma divisão
ministerial, integrada também por órgãos regionais, para a eficiente pro-
teção dos direitos da pessoa humana;

12. estudar o aperfeiçoamento da legislação administrativa, penal,
civil, processual e trabalhista, de modo a permitir a eficaz repressão das
violações dos direitos da pessoa humana por parte de particulares ou de
servidores públicos;

13. receber representações que contenham denúncias de violações dos
direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e tomar providências
capazes de fazer cessar os abusos dos particulares ou das autoridades por
eles responsáveis.

Art. 5º O C.D.D.P.H. cooperará com a Organização das Nações
Unidas no que concerne à iniciativa e à execução de medidas que visem
a assegurar o efetivo respeito dos direitos do homem e das liberdades fun-
damentais.

Art. 6º No exercício das atribuições que lhes são conferidas por esta
lei, poderão o C.D.D.P.H. e as Comissões de Inquérito por ele instituídas
determinar as diligências que reputarem necessárias e tomar o depoimento
de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir teste-
munhas, requisitar às repartições públicas informações e documentos e
transportar-se aos lugares onde se fizer mister sua presença.

Art. 7º As testemunhas serão intimadas de acordo com normas esta-
belecidas no Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Em caso de não comparecimento de testemunha
sem motivo justificado a sua intimação será submetida ao Juiz Criminal
da localidade em que residia ou se encontra, na forma do art. 218 do
Código de Processo Penal.

Art. 8º Constitui crime:

I — Impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaças ou assua-
das, o regular funcionamento do C.D.D.P.H. ou de Comissão de Inquérito
por ele instituída ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus
membros.

Pena — a do art. 329 do Código Penal.

II — Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha,
perito, tradutor ou intérprete perante o C.D.D.P.H. ou Comissão de
Inquérito por ele instituída.

Pena — a do art. 342 do Código Penal.

Art. 9º No Orçamento da União será incluída, anualmente, a verba
de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para atender às despesas
de qualquer natureza do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa
Humana.

Art. 10. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1961

(Nº 1.643-B/60, na Câmara)

*Altera, sem ônus, a Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1960.***A Comissão de Finanças.****O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º E' assim alterada a Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1960:

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura Adendo B

Subvenções ordinárias

13) — Minas Gerais

Onde se lê: Ginásio São Sebastião — Matipó — Leia-se: Ginásio São João — Matipó

Adendo D

Ensino Primário

08) — Espírito Santo

Onde se lê: Sociedade Camboniana Brasileira — Nova Venécia — Leia-se: Assistência Social Camboniana — Nova Venécia

Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda

31 — Delegacias Fiscais

Verba 1.0.00

Consignação 1.6 00

Subconsignação 1.6 01

Na tabela discriminativa da despesa por unidades (pag. 468), 1ª coluna, (2) — Alagoas,

Onde se lê:

1.800

Leia-se:

7.800.

Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Adendo A

Assistência a Menores

08) — Espírito Santo

Onde se lê:

Obras Sociais Cambonianas — Nova Venécia — 50.000

Sociedade Camboniana Brasileira — Nova Venécia — 100.000

Leia-se:

Assistência Social Camboniana — Nova Venécia — 150.000

Subanexo 4.19 — Ministério da Saúde

Adendo C

Departamento Nacional da Criança 03) — Espírito Santo

Onde se lê:

Sociedade Camboniana Brasileira — Nova Venécia

Leia-se:

Assistência Social Camboniana — Nova Venécia.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 1960.

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1961

(Nº 308-B-59, na Câmara)

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamentos telefônicos a serem importados pela Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda.***O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo

para o equipamento telefônico, constante da licença nº 58-4.383-4.424, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1961

(Nº 221-B-59, na Câmara)

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamentos telefônicos a serem importados pela Telefônica Manhauçu S. A., em Minas Gerais.***O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem para o desembaraço alfandegário dos equipamentos telefônicos constantes da Licença nº DC-58-4.369-4.410, emitida pela Carteira do Comércio Exterior a serem importados pela Telefônica Manhauçu S. A.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional nem a taxa de Previdência.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1961

(Nº 983-B-59, na Câmara)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado à construção do Pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital-Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.***O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), destinado especificamente à construção do Pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital-Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

As Comissões de Saúde Pública e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos. Dou a palavra ao nobre Senador Lourival Fontes.

O SR. LOURIVAL FONTES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar o meu discurso, quero dizer uma palavra de saudade e carinho à memória do Sr. Getúlio Vargas.

E' hoje o dia do seu aniversário que, não tanto glorificávamos na sua vida e que agora choramos com profunda dor. Acompanhei-o na sua vida trajetória, o segui como um reformador social, o segui como autor da renovação da Justiça no Brasil, o segui nas suas grandes obras meritórias, nos

marcos invulneráveis que dotou a Nação e, principalmente, dessa famosa Siderúrgica de Volta Redonda que é hoje responsável pelo progresso, pelo desenvolvimento e pelo surto industrial do País.

Neste dia de luto, outra notícia inesperada chegou ao nosso conhecimento: a morte do seu antigo companheiro, o ex-Deputado Danton Coelho, que se findou numa carreira um pouco triste mas que realizou obras, serviços e trabalhos dos mais caros ao nosso Partido e à nossa causa.

E' também esta palavra de dor que desejo consignar aqui.

(Lendo)

Sr. Presidente, nas palavras, nos atos e nos escritos do Presidente Jânio Quadros o que surpreende é a marca pessoal. Alma livre, natureza autônoma, força independente, senso do êxito, não o intimidam as dificuldades e as impossibilidades. O seu caminho é traçado em linha direta. Não é um fruto do milagre, ou dos acasos, ou das circunstâncias. Filho do povo ele sente debaixo da pele as aflições e as desventuras do homem comum da rua.

A regeneração moral é a sua múltipla obsessão.

Os que se queixam dos inqueritos, devassas e sindicâncias esquecem que o lugar do ladrão é na cadeia e não nas cúpulas da política. Ele restituiu ao Brasil todas as liberdades menos a liberdade de mentir. Não se fazem inaugurações à custa do suor popular nem desenvolvimentos sem metas humanas. Um país em ruínas é mais do que uma herança trágica. As dívidas onerosas, os compromissos sem exceção, os empréstimos devoradores, as servidões humilhantes, as terras dadas e alugadas como terras sem dono, o homem preso a todas as hipotecas do trabalho, uma nação sem crédito, sem moeda, sem divisas, sem produção e sem expansão, um governo sem autoridade e sem responsabilidade, é esse o deve e haver, é esse o passivo tirânico, é essa a contabilidade da liquidação do mais abusivo e destrutivo dos mandatos.

Não descambam nas caudais ditatoriais os governos que cumprem a lei, mas os que dela abusam e usurpam nas suas defraudações e nas suas contrafações. A arte de governar é a dos mais dignos, mais doutos e mais capazes e não a dos que se aproveitam nas feiras livres, nos mercados políticos e nos armazéns de transação dos que guardam a finança para assaltá-la, dos que são apontados como sinônimos na ciência de furto, ou dos que fazem da ignorância o jogo da presunção.

E' o Sr. Jânio Quadros mais dele do que de ninguém que esperamos as prontas respostas, as novas perspectivas, os passos da recuperação, os remédios e as curas, os instrumentos executivos, as veensões e revisões numa ação drástica e numa política positiva. Mas o êxito nas grandes e pequenas coisas não pode ser confinado a uma audiência presidencial. E' preciso alargar os canais de comunicação e despertar o povo para a importância das questões e a imensidade das tarefas. O Câmbio de custo era um favor arrancado do contribuinte. Não eram as arcas do tesouro que pagavam a diferença de taxas de que gozavam uns poucos dos privilegiados. Era o suor do povo que nutria a mentira ou a ficção cambial. Um leve ou pesado aumento de algumas utilidades não levantou mais do que as reacções e os protestos da enormidade da oposição. Oposição que antes era Governo e como governo estimulava a maratona dos preços. Mas hoje o governo é um governo poderoso e é ele que domina a onda de notícia e de informação.

Não há uma opinião dirigida, nem uma imprensa censurada, nem ma-

nifestações proibidas, nem o isolamento do povo dos erros e dos fatos. Os canais de informação pública e os condutos de opinião estão abertos ao uso geral e as vistas, relações e tendências não são ocultas, nem falseadas, nem inibidas. O medo da culpa, a convicção do crime ou a confissão do pecado estão carregando as oposições num sentimento sombrio de frustração. Os que abusaram, prevaricaram ou se desmandaram responderão perante as instâncias da justiça. Tuco há de ser medido e pesado diante da nação fluida e estereotipada. O tráfico de influência pode comprar as imunidades senatoriais sem preservar o beneficiário dos remorsos da consciência. A vingança popular é fria como os cálculos aritméticos e revolvida como os seres sem justiça na incontinência dos desfavores.

De um lado as fortunas rápidas e instantâneas que se criaram, os lucros fáceis, os negociadinhos correntes, os titulares transformados em corretores e agentes de empresas, o contrabando oficializado, os confiscos perigosos, a coisa pública como objeto de leilões, o suborno como lei, a corrupção como princípio, a imoralidade como conduta. Mas era doutro lado o inferno da pobreza, os salários falsos como dádiva e não como conquista, o luxo de poucos, o superfluo de alguns contra o necessário e o indispensável de muitos, a vida sem lar, sem pão e sem lume, a miséria, a insatisfação e o descontentamento espalhando as sementes, os frutos e os fermentos da mudança.

Uma política de poupança e de produtividade não pode ser criticada ou censurada. Uma política que procura a recuperação é uma política de grandeza. Não teremos segurança e estabilidade sem a supressão dos lucros extraordinários ou excessivos. Os capitais investidos, produtivos e não parasitários, devem incorporar-se aos valores nacionais e não multiplicar-se em juros, lucros e dividendos como uma via única de retorno. A reforma agrária não é mais um plano, um projeto, uma promessa, uma tentativa ou um aqeno de futuro. Ela virá dentro de pouco tempo como uma libertação ou uma emancipação.

A economia brasileira, arcaica, antiquada e de retrocesso, baseada na monocultura, no latifúndio e na pauperização, a princípio para servir ao apetite dos descobridores, depois para atender às vorazes demandas estrangeiras, terá que desaparecer como desaparecem a preagem, o extermínio e a segregação. O homem não é mais uma peça do trabalho, mas um instrumento da produção.

O neutralismo nas questões internacionais e o nacionalismo nos problemas domésticos são um fundo de resistência que se transforma numa pedra de fundação.

O Brasil tem hoje voz e voto, forum e audiência na esfera mundial. Nenhuma pressão ou influência pesa sobre as nossas decisões e os nossos atos de soberania. Não mais nos identificamos com as guerras estrangeiras e alheias. Não somos mais uma região de exploração, ou um simples fornecedor de matérias primas, ou um comércio sujeito a mercados únicos e a preços tirânicos, ou um emblema ocioso e impotente de servilismo e de conformidade. A nossa convivência, os nossos contatos e os nossos encontros com os países estrangeiros, e já fechamos as portas a mais de um bilhão de clientes e consumidores, não podem ser limitados a ordens ideológicas, a sistemas políticos ou a fatos sociais. As revoluções não são mercadorias de exportação, nem fenômenos de avarecimento fatal, nem incursões que varam a nossa defesa, segurança e imunidade.

Gda e Angola são um interesse português contra os ventos de mudança numa idade de renascimento.

Nós estamos ao lado de Portugal numa espiritual unidade, nem discutimos o seu regime nem em nome nem de fato, mas a sobrevivência de alguns bolsos brancos no continente negro não só o torna vulnerável como pode mudar o curso das nossas relações.

As diversas ilhas perdidas no litoral chinês podem ser um campo de operações da esquerda americana e não para nós uma causa de rutura diplomática. A luta de independência da Argélia, onde a França perde anualmente um em cada sete filhos e dispende mais de um bilhão de dólares arrancados dos seus contribuintes, não é uma questão local, mas um problema humano. A guerra em Cuba contra as corporações gigantes, os interesses poderosos e os monopólios absorventes não tem nenhuma das tintas e dos perigos dum drama continental.

Nós queremos paz e amizade com os vizinhos e não somos postulantes de escolas e doutrinas. Não queremos favores e generosidades que impliquem em alianças militares ou servidões económicas. Queremos apenas de todos compreensão e ajuda. Política positiva, formulação soberana, intenções e expressões afirmativas e concretas, não nos entregamos, nem nos vendemos, nem nos rendemos.

Sermos colonialista era como uma vinha do destino ou um desmentido das tradições. Não amamos a terra nem cultivamos as ideais de vida coletiva. Só nos primeiros passos da independência, nos seus ensaios e nos seus anseios, immanamos a um destino comum, solidários nas alegrias e sacrifícios e caminhamos juntos para dias de glória ou de luto. Não podemos negar o despertar dos povos africanos e asiáticos que nos decerem como nós a herança dos dias de submissão e opressão um estado de consciência que é a jornada de 7 de setembro. Não podemos negar-lhes um direito e uma causa fundados e fixados na Carta das Nações Unidas. Não podemos negar-lhe por um sentimento humano o direito de viver livres. Mas, acima das convicções, dos ideais e dos credos, ou mesmo acima dos personalismos e dos universalismos, é do nosso interesse maior a libertação e a emancipação dos povos cativos.

Não podemos concorrer com o braço livre contra a mão de obra escrava. A África tributária, de produção idêntica à do Brasil, com a técnica capitalista explorando as riquezas similares ou com o mercado comum europeu carreando as reservas e utilidades para a reconstrução duma economia em vias de desaparecimento, é um perigo mortal de competição, um pesadelo sombrio, um vórtice de tempestade do nosso futuro.

A improvisação, o descuido e a imprevidência da nossa diplomacia, sem nenhuma atenção, peso ou medida dos interesses nacionais, já abriu escada abaixo o café e o cacau e, se não corrigirmos, emendarmos e revisarmos a política exterior, a mesma inviabilidade estará reservada às madeiras, ao algodão, às fibras e aos minérios.

Não estamos reivindicando uma liderança que poderia ser lógica e natural dos povos oprimidos. Mas estamos dizendo que não somos mais os ordenanças mudos e inermes dos imperialismos colonizadores nem obedecemos como instrumentos passivos ou como tititeres resignados à sua voz de comando.

O Brasil tem nesses dias nova face e uma nova voz. Estamos carregando o fardo sobre os ombros e marchando com os próprios pés. Não temos preconceitos ideológicos, nem posições impermeáveis, nem rivalidades ortodoxas, nem inovações teóricas, nem divisões contraditórias. Não alie-

namos um campo nem passamos para um outro lado mais atrativo nem aceitamos ofertas e promessas que signifiquem uma alternativa de poder e influência. As pequenas e médias nações têm direitos básicos e o primeiro deles como aspiração e como código é a erradicação do atraso e da miséria. Não acreditamos na espontaneidade de afeições e lealdades, nem elas se produzem com o capital e a técnica. A nossa comparativa fraqueza tem hoje uma substância de conceito internacional e somos sensíveis a uma materialização otimista contra as vistas egoísticas, os sentimentos ambíguos, as intervenções paternalistas, as formas pífidas e os estratagemas hipócritas.

No campo internacional não temos mais as palavras mágicas dos portentos nem nos interessa no setor interno os acenos dos milagres impossíveis. Esse o Brasil honrado e respeitado, bom amigo e bom vizinho, cioso dos seus deveres, consciente da sua missão, seguro do seu destino. É um outro Brasil, um Brasil renovado, onde especuladores, traficantes, negociantes e aproveitadores não encontram a cera e o mel com que os favores, as graças, as simpatias e as boas vontades oficiais, pessoais e parciais, nutriam as suas arrogâncias e os seus apetites.

O reino da desordem teve fim. O paraíso da especulação caiu no vácuo. Os que mentiam em atos, obras e intenções, os que mentiam pela natureza e pelo gesto da mendicância, mestres de obras feitas, homúnculos de fachada, heróis das publicidades pagas, para esses a terra é árida, as árvores murchas, os frutos secos.

Há os que nos acusam, censuram e criticam não pelos erros que cometemos, mas pela velocidade que pomos nas coisas. Não se solidarizam e são evasivos com os réus de peculato, tráfico de influências e locupletação dos dinheiros públicos, mas acham que os inquéritos, sindicâncias e devassas estão tumultuando a nação. A cirurgia drástica e as medicações de choque não comportam os remédios de alívio e torpôr.

Um povo arruinado e desesperado, sem produtividade, sem exportações, sem crédito, sem moeda, sem divisas, sem trabalho organizado, duma vida cara acima das necessidades de subsistência, duma vida incompleta menos do que as franquias de educação, sem pão, sem casa, sem lume, sem cuidados e sem desvelos, com uma irresponsável tirania feudal, com um governo ligeiro à procura dum insuflante desenvolvimento sem imperativos humanos, tudo isto é parte da nação, mas não toda a nação nas suas penas, desventuras e atribulações.

A todos diremos que temos pressa em andar para a frente e em ir adiante. Volta Redonda, a hidroelétrica do São Francisco, a potencialização industrial, o descobrimento do petróleo são monumentos, marcos, revoluções do nosso tempo.

Nada se faz, constrói ou realiza arriscando o presente e comprometendo o futuro em obras sentenciadas ou presunçosas. As estradas precárias, os açudes varados, os portos obstruídos, a eletricidade alugada, os contratos sem concorrência, o feijão podre da mesa do pobre, as obras inacabadas, as inaugurações falazes, um governo sem planos e sem contas.

Não há nesse governo assentado no povo um senso de favoritismo ou uma cinda de rancor. Não se afundam num baixo estado de impopularidade os que mantêm a honestidade da palavra e a segurança do compromisso. Voltar à realidade e restabelecer a verdade não são os sinais dum arbítrio e dum arquiteto. Eles são os lu-

gares comuns, os passos cotidianos, a rotina dia a dia dos que fazem do poder, com as infinitas responsabilidades, o exercício das supremas virtudes. Mas é preciso um alto tom moral para banir os pecados originais da vida brasileira.

Não se isola, nem se confina, nem cai em introspecção, nem vacila em conjecturas e hipóteses, um governante que nos restitua a integração moral, a decência nas relações humanas, o respeito dos povos, o código de honra da reputação nacional.

Não nos atemorizam os encontros e os desafios. Ao povo que não falta na sua confiança e não esconde as suas esperanças pedimos fé, tempo e paciência. Não reincidiremos numa sucessão e numa cronologia de falhas e insucessos. Para um governo com a coragem de velar e decidir, para uma terra com o milagre das surpresas, para uma gente com as inspirações morais do bem e da paz, nenhuma tarefa é impossível, nenhum destino é imaturo, nenhuma ação é pou-pada. Nada merece da Nação nem a ela servem os que se desnaturam em propinas e vantagens, os que armam o cerco do suborno manipulado e da corrupção extravagante, os que esbanjam sem saber e gastam sem temer, os que nos legaram a levianidade delirante os que nos fizeram vítimas dos demônios e da inflação. Vamos subir às nascentes, lavar as impurezas da terra, arrancar dos corações a malícia e o veneno.

O Sr. Jânio Quadros se penetra de espírito comum, acompanha as massas e os acontecimentos, e tem um alvo que é o seu sêlo, o seu timbre e o seu caráter. Não tem conceitos ou preconceitos quando está em jogo a sorte da Nação. Cumpre o seu dever com humildade e muitas vezes com agressividade. Marcha em linha reta de extremo a extremo. A sua intuição ou o seu instinto é atraído pelas coisas úteis e pelos lados certos.

Não escapam ao alcance das suas mãos as tarefas secundárias ou os fatos poderosos.

Quando descem sobre ele as afeições de milhares de seres, ou o augúrio das esperanças renascidas e das crenças coletivas, ou quando o Brasil ressurge na simpatia, boa vontade e respeito de tantos países e de tantos povos, havemos de saber e dizer que o seu mandato é excecido, a sua missão realizada, o seu dever cumprido.

É essa a palavra dos que secundam o esforço, dos que reúnem as peças e carregam as pedras, dos que almejam e aspiram um Brasil justo, soberano e independente acima de nós mesmos e de todas as coisas. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Arlindo Rodrigues.

O SR. ARLINDO RODRIGUES:

(Lê o seguinte discurso) — A data que transcorre evoca um dos grandes vultos da nossa História. Ainda ontem ele deixou o nosso convívio, mas está hoje mais presente na memória, no afeto e na admiração da maioria dos brasileiros.

A revolução de 1930 transformou o País, material e espiritualmente. Destruiu muitos maus hábitos arraigados pelo tempo, muitos erros acumulados pelo passado e muitos tabus considerados intocáveis; mas nem sempre conseguiu edificar onde havia destruído, nem sempre acertou o alvo e muitas vezes incidu nos mesmos abusos que procurava erradicar. Porque as revoluções não foram feitas para acertar sempre, ainda que sejam vitoriosas. Por mais puro e elevado que seja o seu idealismo, elas apenas se esforçam para melhorar. E, como tudo é relativo, quanto maior for uma re-

volução, maiores serão os perigos que acarreta.

Outras revoluções já haviam tentado a mesma coisa, entre nós: combater a política dos governadores e dos caudilhos, acabar com as eleições a bico de pena, corrigir a prática inventada de uma falsa democracia. Em nome destes ideais e destes princípios se fizeram as revoluções anteriores, que não venceram, mas prepararam o caminho da vitória, ao preço de muito sangue generoso. Mas os homens, mudada uma geração por outra, eram essencialmente os mesmos, com os mesmos defeitos e as mesmas virtudes cívicas. O tempo é que diferia, pois havia chegado o momento para uma experiência social de maior envergadura. Não quer isto dizer que aquela experiência estaria isenta de equívocos e erros, a que está sujeita qualquer empresa humana. Quer dizer apenas que a Nação já estava amadurecida para mudar e os homens preparados para enfrentar novas e mais pesadas responsabilidades. Foi por isso, que a revolução venceu.

Não venceu porque os homens da 30 fossem mais corajosos ou mais idealistas, ou porque tivessem mais espírito público do que os fundadores da República; não venceu porque aquela geração fosse formada exclusivamente de heróis; e não venceu tampouco porque a maioria dos seus guerreiros improvisados tivesse desembarcado do planeta Marte. Pretender transformar em deuses os donos da revolução seria um erro. Negar a verdadeira revolução social que se seguiu seria um erro ainda maior. A vitória, porém, revelou os seus pró-homens. O maior deles a despeito de todas as humanas restrições que lhe possam fazer, foi Getúlio Vargas, o chefe ostensivo do movimento, o grande vulto, o líder incontestável, suscitado naquele histórico momento. Entrava em cena, marcando ou compelido por um destino alto demais: cumpria o seu nobre e grandioso. E' muito cedo ainda para ser julgado com justiça. A admiração incondicional de alguns e o ressentimento de alguns adversários, a paixão pró ou contra que ainda desperta, lhe deformam a verdadeira figura.

É natural que os amigos sinceros e leais não possam apreciar-lhe o vulto senão através de um impacto emocional, é compreensível a mágoa de muitos dos seus adversários, como se ele ainda estivesse vivo e presente. É tempo se encarregar de lhe dar as suas exatas proporções para a História. Então, será fácil apontar os erros que ele realmente cometeu; mas estes só poderão engrandecê-lo, pois o futuro não al julgar um santo, e sim um grande homem e a sua época, em função da qual ele deve ser considerado, apreciado, julgado. É quanto maior for o homem, maiores serão os seus erros.

Homem simples e bom, sereno e magnânimo, benevolente e afável, acolhia os adversários e atendia as suas reivindicações; recebia os inimigos mais rancorosos da véspera e fazia deles seus colaboradores mais fidedignos. Nenhum homem enfechou nas mãos maior soma de poder, neste País; e só aquele que desconhece inteiramente o perigo que o poder representa, a tendência que ele tem de se descontrolar e de atrair naturalmente o abismo, poderia dizer que ele abusou do poder, no sentido vulgar da expressão.

Quando nos idos de outubro iniciou a longa jornada para a qual o destino acabava de convocá-lo, ele próprio, nem por sonho, nem por meios oníricos, nem por quaisquer outros meios, podia saber que o seu papel tivesse a extensão e a importância que iria ter. Na realidade, Sr. Presidente, ele fizera bem pouco para forçar a sua entrada em cena. Ao contrário, fez o que pôde para não entrar. Veio para a ribalta nos braços

dos companheiros e teve que se manter à frente dos acontecimentos, até quando Deus quis, muito além do que ninguém poderia supor.

Havia sido promotor público em Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal, Ministro da Fazenda do Presidente Washington Luís e era, então, Presidente do Rio Grande do Sul. O Rio Grande foi escolhido para dar o candidato da oposição aos três Estados: Minas, Rio Grande e Paraíba.

Assim que Getúlio Vargas foi cogitado para a presidência do seu Estado natal, passou a ser o nome da sorte e do destino, aos olhos da Nação. Em 1928, com 36 anos de idade, que não aparentava, era figura política quase desconhecida do grande público, apesar da sua passagem pelo Ministério da Fazenda, que foi rápida; apenas recentemente aparecera no plano federal e, pela sua pouca idade, seria o mais novo pretendente à curul presidencial da República e, ainda assim, como candidato de oposição a um governo forte e intransigente. Tudo isso absolutamente contra ele e contra a mais mínima probabilidade de êxito. Nestas condições, o grande-eleitor só podia subestimar-lhe o valor e as qualidades irreveladas, e tinha as suas razões. Ganharia facilmente e ganhou. Os derrotados, porém, não se conformaram, como todos sabemos. A Revolução não foi a parte mais difícil, nem foi ela quem revelou o líder; mas foi, paradoxalmente, a vitória o que mais lhe custou. Foi, então, que ele demonstrou a sua fibra extraordinária, serena firmeza e grande flexibilidade, que demonstraria no trato com os homens, durante todo o seu governo, não menos longo do que actado. Mas nem sempre foram os adversários e inimigos que ele teve de vencer ou imobilizar; estes, ele conhecia mais do que ninguém, os meios de conquistar.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARLINDO RODRIGUES — Com prazer.

O Sr. Victorino Freire — Na homenagem que V. Ex. presta ao saudoso Presidente Getúlio Vargas, a quem, hoje, toda a Nação faz justiça na data do seu aniversário natalício, recolha a solidariedade completa da bancada do Partido Social Democrático.

O SR. ARLINDO RODRIGUES — Agradeço o aparte do eminente Senador Victorino Freire.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARLINDO RODRIGUES — Com satisfação.

O Sr. Heribaldo Vieira — A União Democrática Nacional, em que pese a sua posição de permanente combate ao Governo e não a pessoa do grande morto, solidariza-se com o Partido de V. Ex. Nestas homenagens, na certeza de que a História fará justiça no julgamento do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

O SR. ARLINDO RODRIGUES — Agradeço profundamente sensibilizado, as palavras do eminente Senador Heribaldo Vieira.

(Lendo):

Foram os amigos mais íntimos e as pessoas de sua imediata confiança, aqueles contra os quais não pôde ocultar o seu calcanhar de Aquiles, ele que estava habituado a vibrar a funda de Davi contra gigantes. Dado o seu feito e o concurso das circunstâncias, o seu extenso governo teria de ser uma sucessão de paradoxos, contrastes e imprevistos; mas, nas ocasiões mais difíceis, revelou uma admirável sabedoria política, um perfeito senso das realidades e um profundo conhecimento dos homens.

Depois da revolta constitucionalista de São Paulo, ainda que tivesse tratado os adversários lealmente, profundos eram os ressentimentos, e as feri-

das abertas sangravam; então, ninguém podia prever, nem sequer admitir que, algum dia, ele voltasse ao poder, e ao poder legítimo, pelo voto e aclamação dos paulistas.

Depois da sangrenta revolta comunista de 27 de novembro de 1935, seria inconcebível acreditar que, em 1950, os comunistas formassem ao lado de Vargas. Democrata, a seu modo, Getúlio sempre foi; nacionalista, nunca deixou de ser, intransigentemente, e nenhum estadista, entre nós, conquistou maior simpatia em todas as camadas populares ou teve o amor do povo pequeno, do povo necessitado, do povo-povo, a quem serviu de todo o coração, aquele povo que trabalha e sofre.

Fala-se muito no seu continuísmo, mas quem pode, Sr. Presidente, assegurar que ele não foi coagido pelos fatos? O autor, quando as circunstâncias deram o sinal de perigo, podendo ainda lutar, não lutou; preferiu curvar-se às adversidades do momento, e retirar-se. Voltou mais prestigiado do que nunca. Não voltou apenas porque os seus inimigos permitiram que ele voltasse; voltou porque eles não puderam impedir, voltou para cumprir o seu destino, reconhecido pelo povo, consagrado pelo voto e querido de todos, grandes e pequenos, pobres e ricos, adversários de outrora e companheiros entusiastas daquela nova jornada. Coisa alguma lhe faltava, agora, para conduzir a Nação pelos caminhos da verdadeira democracia. Recebera do povo a consagração que cidadão algum jamais tivera antes, e, com ela, absolvição plena para todos os seus erros de um passado recente; tinha uma experiência da coisa pública que nenhum outro brasileiro poderia ostentar; prestígio tão invejável, que lá então era explorado por gregos e troianos; e um renome de honradez pessoal que ninguém, seriamente, lhe poderia contestar.

A sua erudição e a sua cultura humanística estavam muito acima do que se podia esperar de um homem que, desde cedo, fora solicitado por variadas e graves preocupações. Em extensão e profundidade, ele rasrou horizontes ao Brasil que o tornou mais conhecido e prestigiado no mundo, no continente e dentro do próprio território nacional. Orador consumado, fluente e simples, a sua palavra foi a arma mais poderosa de que se serviu para semear idéias e fazer proselitismo político. E extremamente fácil, Sr. Presidente, dizer que outro qualquer, nas mesmas condições e com os mesmos elementos teria feito o mesmo. Mas não havia outro para realizar a missão, por assim dizer, messiânica, que ele devia cumprir até o extremo limite, e com o sacrifício da própria vida, senão ele.

Um dia o seu coração bom e generoso paou tragicamente. O Brasil continua. E há de honrar sempre o concidadão que recebeu de Deus o peregrino dom de governar, e que governou a sua Pátria, em momentos difíceis, com a idéia dominante de torná-la mais próspera e mais feliz.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, no dia de hoje, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Completaria hoje 80 anos, se vivo fosse, o grande brasileiro Getúlio Vargas, homem que recebeu a bênção de crescente popularidade. Na vida terrena, contudo, sempre, com o apoio do povo de sua terra; morto continua orientando os vivos; desaparecido en-

che o ambiente. Pouco importa que os Judas de todos os tempos o houvessem abandonado, quando sentiram a aproximação da tempestade desencadeada pelo ódio, pela injúria e pela calúnia.

Getúlio Vargas, para os que ainda permanecem fiéis à sua memória e aos seus ensinamentos já se transformou no homem símbolo.

E vive, cresce e crescerá na proporção do desenvolvimento de sua obra, genialmente política e cristamente humana.

Serão os lares humildes, antes dele desamparados, que zelarão por sua memória sagrada.

Serão as instituições e idéias do grande brasileiro — na sua evolução inevitável — que manterão no altar do nacionalismo e do socialismo indígenas, o inesquecível líder.

Serão a justiça social e independência econômica de nossa Pátria que estigmatizarão os fracos, os traidores e aqueles que não mais podendo obter bens materiais, esqueceram o benefício aproveitando-se do quinhão recebido; renunciam os ensinamentos do Chefe, maculam seu programa político e dele só se lembram para as explorações politiqueras em proveito próprio, às vésperas das eleições.

Serão todas essas benemerências que farão silenciar os que ainda ensaiam amesquinhar o colosso e denegrir-lhe a herança.

Sete anos são decorridos da antevéspera de seu último aniversário, quando na Fazenda de seu grande amigo o Senador Paulo Fernandes, ouvi do saudoso Getúlio Vargas palavras que me emocionaram, previsões que se realizaram e recomendações que jamais esquecerei.

Sete anos são passados e ainda não estou em condições de falar sobre o Homem-símbolo, em que se transformou Getúlio Vargas.

Guardo em meu coração e sempre presente em minha memória, o Homem-vivo, que conheci, admirei e servi com dedicação e entusiasmo, na última fase de seu governo constitucional e até o último momento de sua vida terrena. Era um homem sereno, dotado de inestimável dose de bondade, profundo conhecedor da alma brasileira e de honestidade pessoal inatacável. Getúlio não conhecia a palavra vingança e quando, por vezes, feria terceiros, ele o feria, ou levado por informações tendenciosas ou por fatos distorcidos chegados ao seu conhecimento. Sei de várias ocorrências nesse particular e jamais o vi praticar um ato com o intuito premeditado de perseguir ou castigar. Os seus maiores erros, ele os cometeu pela sua bondade invulgar, pela sua quase incapacidade de punir e pelo exagero de provas que exigia, antes de tomar qualquer providência que pudesse redundar em prejuízo de alguém.

Ao ingressar na política partidária, depois da morte do meu grande amigo, deixei a atividade militar e assumi comigo mesmo o compromisso de praticar os ensinamentos do pranteado Chefe: — colocar, sempre, acima dos interesses pessoais ou de grupos, o interesse no Brasil, ainda que isso importasse em sacrifícios de ordem política ou prejuízos de ordem pessoal; suportar com estoicismo as ingratidões, as incompreensões e as injustiças dos correligionários e dos adversários; perdoar os inimigos, muitos deles dominados pela paixão política ou cegos pelo ódio; lutar sem desfalecimento pela independência econômica do Brasil e morrer, se necessário, pela dignidade do cargo que lhe fosse confiado pelo povo.

Acompanhei Getúlio Vargas no doloroso calvário a que foi levado pelo

ódio e pela incompreensão e, mais ainda, pela ingratidão de uns e traição de outros. Amarguei com ele o fel de maldade humana; porém, na minha modestia, conservo o grande orgulho de: como soldado, ter sido leal ao Comandante das Forças Armadas; como cidadão, fiel aos meus princípios democráticos e defensor inflexível da autoridade do Presidente da República; como auxiliar direto e amigo, absolutamente sincero e dedicado.

Mereci a confiança e a amizade de um homem que soube compreender a alma dos humildes, respeitar as convicções de todos e viver procurando, invariavelmente, amparar o trabalhador em suas aspirações.

É esse o meu grande título honorífico para completar o orgulho de haver comandado, em Monte Castelo, os praças do Regimento Carioca, o querido Regimento Sampaio. Sou getulista e getulista permanecerei, porque Getulismo quer dizer nacionalismo puro, luta pela independência econômica do Brasil, amor aos humildes, fidelidade aos amigos, tolerância com os adversários, perdão para os inimigos.

Quando alguns amigos e protegidos de Getúlio Vargas começam a olvidar o querido Chefe, e seus ensinamentos políticos sofrem distorções, julguei de meu dever, na data de seu aniversário, aproveitar a mais alta tribuna do País para render minha homenagem de respeito, admiração e saudade ao grande Chefe e dizer aos cariocas que me enviaram a esta Casa que tenho permanecido fiel ao mandato que me confiaram, embora desagradoando a muitos.

Agradeço a Deus a Graça que me concedeu com a oportunidade de aprender tão magníficas lições, e a ele peço forças para saber aproveitá-las, continuando fiel ao grande amigo, e ao meu passado, nos poucos dias que me restam. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE —

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, a Nação brasileira festejou, de Norte a Sul, a queda do Ditador Fulgêncio Batista derrotado pelas forças comandadas pelo antigo herói de Sierra Maestra, cujas proclamações ao povo cubano traziam sempre a promessa de reintegrá-lo no regime democrático, restituindo-lhe o direito de voto e de livre opinião.

Entretanto, vitorioso o movimento, com arrepios, vimos Fidel Castro, o herói, o idealista, trair os sentimentos e o programa da revolução, instalando em Cuba uma ditadura mais cruel do que a exercitada pelo antigo Serpento Batista. Mais ainda, negou o direito de voto livre e democrático ao povo cubano, que, para conquistá-lo, agora paga novamente em armas. Há mortos de lado a lado, mais sangue se derrama em Cuba, desta vez com o fim de derrubar o regime ali instalado sob a orientação do Ditador Russo.

Pedi a palavra, Senhor Presidente, para deixar nos anais desta Casa a salvação que o Ilustre Governador de Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, quem dirigiu a brava gente cubana que ora se bate contra a ditadura de Fidel Castro.

Diz o Sr. Carlos Lacerda:

"Sauda a invasão de Cuba como o começo da libertação de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano. Ao abrir as portas das Américas à infiltração comunista e à ocupação por elementos da vanguarda do imperialismo russo. Fidel Cas-

tro não somente traiu o povo cubano, como se constituiu numa ameaça à paz e à liberdade das Nações deste continente, inclusive o Brasil. Os libertadores de Cuba são, em sua maioria, os mesmos que, com Fidel, lutaram contra Batista. Hoje, traídos por Fidel, continuam a lutar e vão vencer. A invasão era prevista. A adesão das forças com as quais Castro pensava contar só é surpresa para quem não sabe da revolta da maioria do povo cubano contra seu novo inimigo, Fidel Castro".

Senhor Presidente, dos barbudos que acompanharam o Sr. Fidel Castro na sua visita à América Latina resta, apenas, um. Os demais, ou fugiram para o exílio, ou tiveram as barbas feitas ante o pelotão de fuzilamento da Fortaleza de La Cabaña.

Solidarizo-me, assim, com o ilustre Governador da Guanabara pela saudação ontem dirigida àqueles que lutam para reimplantar o regime democrático em Cuba. Congratulo-me com S. Ex. por suas palavras, pois sou nacionalista e como tal desejo soluções brasileiras para os problemas brasileiros, sem interferências estranhas. Asseguro que nas águas do nacionalismo vermelho não navega a Bandeira do Maranhão!

O Sr. João Arruda — Muito bem! O SR. VICTORINO FREIRE — Neste momento, também me congratulo com o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte que, violentamente, corajosamente, repeliu o "ultimatum" do Ditador Russo para que fizesse cessar a agressão à Cuba, como se o movimento fosse provocado por tropas americanas desembarcadas em Havana.

Lutando em Havana, Senhor Presidente, estão os cubanos mais de duzentos mil, que de lá foram obrigados a sair, isso sem contar as famílias que o paredão da fortaleza La Cabaña privou de seus chefes e filhos. Por isso, Senhor Presidente, aqui fica a minha solidariedade à saudação do Senhor Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, para que não se pense estar o Brasil ao lado de uma ditadura que banha em sangue os que fizeram vitoriosa a revolução, mais feroz, portanto, que a de Fulgêncio Batista, que oprimia o povo.

O Sr. João Arruda — Muito bem.

O SR. VICTORINO FREIRE — Era o que tinha a dizer. Senhor Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Heriberto Vieira.

O SR. HERIBERTO VIEIRA (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, comemora-se em Brasília, esta semana, o primeiro aniversário de existência da TV-Alvorada, Canal 8, organização sediada num apartamento do IAPESP, localizada pelo Sr. João Batista do Amaral e, atualmente, sob a direção do Sr. José Acrísio de Góes Góes.

Solidarizo-me com todas as manifestações de carinho para passarmos o primeiro aniversário dessa organização pública da Nova Capital, porque ela é produto de grande esforço, pois se tem que localizar num simples apartamento, sua imagem, e som se faz presentes, de maneira admirável em toda parte com programação própria e transmissão dos melhores programas do Rio de Janeiro de São Paulo e Minas Gerais. Não está filiada a uma cadeia de emissoras como a TV-Rio, Canal 13, do Rio de Janeiro, a TV-Record de São Paulo, a TV de J. J. de Fora e a de Guarabietá, ela nos proporciona a nós de Brasília, momentos de boa distração.

O nosso apoio à TV-Alvorada, Canal 8, Sr. Presidente, tem expressão ainda maior porque, isolados em Bra-

sília, com deficientes comunicações para fora da Capital, recebemos sempre retardadamente as notícias. Assim, assim, devemos dar o estímulo da nossa palavra a organizações como esta, que nos transmite notícias nas horas imediatas em que o fato sucede; devemos apoiar e incentivar a TV-Alvorada para que outras organizações se criem e se fundem em Brasília inspiradas no esforço dos seus admiráveis organizadores.

Sr. Presidente, trago do Senado da República a expressão da minha homenagem a essa grande emissora e da minha solidariedade aos esforços que vem desenvolvendo pela maior publicidade dos acontecimentos da nova capital e pelo contato que nos facilita com outros centros do país. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. O SR. FAUSTO CABRAL — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Fausto Cabral.

O SR. FAUSTO CABRAL:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente: Segundo consta nos meios políticos e financeiros, o Senhor Presidente da República pretende fazer alterações na composição da Diretoria do Banco do Nordeste, para uma nova esquematização.

Confesso que não tenho informações mais seguras a respeito do assunto, todavia, ainda que a notícia — conforme espero — não tenha fundamento, faz-se necessário, pelo menos, que o assunto seja devidamente esclarecido.

Isto porque, Senhor Presidente, a efetivar-se tal medida, podem bem aquilatar-se os prejuízos que poderão advir para o meu Estado. De fato, sendo o Ceará a unidade federativa do Nordeste mais sofrida e mais falta de recursos, tirar-lhe a possibilidade de atuação num setor de tamanha importância para a sua economia — como é o caso do Banco do Nordeste — é desarmá-lo completamente na luta que deve empreender para a sua recuperação.

E não há dizer-se — como, aliás, se propala — que a anunciada modificação tem em vista pertencer ao Ceará a presidência daquele estabelecimento de crédito, porque, e curar o seu presidente não tem direito, nas decisões colegiadas, senão a voto de desempate.

É indispensável, pois, que ao Ceará caia uma das Diretorias do Banco de conformidade, aliás, com a prática adotada. Essa posição deve ser defendida a todo custo, pois, no provimento dos cargos da atual administração, nada mais houve, por enquanto, ao meu Estado.

Um Governo que, reiteradamente, tem declarado que administrará com vistas para o Nordeste, não pode, sob pretexto de negar os seus propósitos, deixar fora de circulação fundamentais ao fomento do progresso da região, os homens públicos do Ceará.

Assim, Senhor Presidente, esperando que o Senhor Presidente da República não fuja aos compromissos assumidos com os nordestinos e, particularmente, com os cearenses, em sua campanha eleitoral, aguardamos a não confirmação das notícias que ora comentamos. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa telegrama do Sr. Assis Chateaubriand, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Telegrama — Do Sr. Embaixador Assis Chateaubriand do seguinte teor: Recebam Vossas Excelências este augusto corpo meu reconhecimento unanimidade tocante voto a mim exposto cordiais saudações. — Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado, que me ausinarei do país para uma breve viagem de caráter particular.

Brasília, 18 de abril de 1961. — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa indicação que vai ser lida.

E' lida e apoiada a seguinte:

Indicação nº 2, de 1961

INDICAÇÃO Nº 2, DE 1961

Sr. Presidente,

Nos termos dos artigos 220 e 223, II, b-3, do Regimento Interno, requero a V. Ex. a audiência das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura sobre a conveniência da adoção das sugestões contidas nas razões oferecidas pelo Centro Politécnico da Universidade de São Paulo, sobre a reforma universitária, mediante emenda constitucional ou projeto de lei.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1961. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Projeto de Resolução nº 6, de 1961

Aposenta, a pedido, Luiz Nabuco, Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É concedida aposentadoria, a pedido, a Luiz Nabuco, Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, PL, nos termos dos artigos 345, item III e 349, da Resolução nº 6, de 1960 (Regulamento da Secretaria), incorporando-se aos proventos de sua aposentadoria as gratificações em cujo gozo se encontra.

Justificação

O projeto de resolução ora apresentado ao Senado, aposentando o Diretor-Geral de sua Secretaria, Dr. Luiz Nabuco, atribui-lhe direito reconhecido pelo nosso Regulamento.

O Senado, ao fazê-lo, priva-se de um dos seus melhores servidores. Através de mais de 40 anos serviu ao Senado com zelo, dedicação, diligência e secreta dedicação ao serviço desta Casa.

Assinar este Projeto, a Comissão Diretora registra seus agradecimentos e sinceros votos ao seu funcionário, que sai da atividade para gozar o verdadeiro "ocio cum dignitate".

A aposentadoria é concedida nos estritos termos da legislação específica.

LEGISLAÇÃO CITADA

"Art. 345. O funcionário que contar 35 anos de serviço será aposentado."

II — com provento aumentado de 20% (vinte por cento), quando ocu-

pante da última classe da respectiva carreira, desde que não tenha acesso privativo a outro cargo;

III — com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado, se tiver perranecido no mesmo durante três anos, desde que não tenha acesso privativo a outro cargo".

"Art. 349. Serão incorporadas aos proventos da aposentadoria as gratificações em cujo gozo se encontrar o funcionário, há mais de cinco anos, sem prejuízo das vantagens previstas no art. 342".

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1961. — Auro Moura Andrade — Cunha Mello — Argemiro Figueiredo — Novaes Filho — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

Vai à publicação.

O presente Projeto de Resolução será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 95, de 1961

Sr. Presidente do Senado Federal: Nos termos do que dispõem o artigo 54 da Constituição Federal e art. 380 do Regimento Interno, requiero a convocação do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores para, em sessão previamente designada, prestar esclarecimentos sobre a publicação de decretos e atos do Poder Executivo, com força de lei, com inobservância da competência do Poder Legislativo (Constituição, arts. 63, 65, 66 e 67).

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1961. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Na forma do art. 236 do Regimento Interno, o presente requerimento será dispendido e votado ao fim da Ordem do Dia.

Sobre a mesa outro requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 95, de 1961

Pelo falecimento do Dr. Danton Coelho, que desempenhou destacado papel no cenário político nacional, tendo exercido, com alta dignidade, o mandato de Deputado Federal e o cargo de Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, requeremos, de acordo com o art. 214, nº 2, do Regimento e as tradições do Senado as seguintes homenagens de pesar:

1) Inserção, em ata, de um voto de profundo pesar;
2) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul, de onde era natural e ao Partido a que pertencia.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1961. — Barros Carvalho. — Fausto Cabral. — Celso de Castro. — João Mendes. — Arturdo Rodrigues. — Lourival Montez. — Freitas Carneiro. — Novaes Filho. — Jorge Magalhães. — Guido Mondim. — Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido, independentemente de apelo e discussão. Em votação.

O SR. BARROS CARVALHO:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Barros Carvalho, para encaminhar a votação.

O SR. BARROS CARVALHO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Sr. Senadores, fomos quase todos surpreendidos, ao entrar nesta Casa, com a desgraça da notícia do falecimento do nosso grande companheiro, Danton Coelho.

Quem menos condições possui para falar sobre Danton Coelho é o modesto orador que ocupa esta tribuna, pois além de companheiro de lutas, fui seu amigo pessoal. Evidentemente, faltam-me condições, pois a emotividade estrangula tudo aquilo que poderia dizer, do que realmente Danton Coelho foi e fez em sua vida.

Nascido no princípio deste século, Danton Coelho exerceu suas atividades como homem pobre. Educado num lar modesto, conseguiu, mediante concurso, ingressar na carreira fazendária, ocupando o cargo de agente fiscal do Imposto de Consumo, no qual foi um dos melhores funcionários do Ministério da Fazenda. Ocupou, nesse cargo, várias comissões, inclusive a de inspetor-fiscal, servindo, também, à Delegacia Fiscal em Londres e New York. Posteriormente, Danton Coelho foi chefe do Escritório Comercial do Brasil no México, dando fiel cumprimento à sua missão de elevar bem alto o nome e os interesses do país.

Ingressando na vida política, em 1933, quando saiu do Rio Grande do Sul ao lado de Getúlio Vargas, seu amigo dileto, comandando um dos batalhões revolucionários Danton Coelho se revelou bravo, corajoso e brilhante, e no resto de sua vida sempre assim se comportou.

Posteriormente eleito duas vezes Deputado Federal pelo antigo Distrito Federal, foi constante baluarte em defesa dos interesses de sua representação.

Ministro do Trabalho, com a vitória da candidatura Getúlio Vargas, em 1950, embora tenha ocupado aquela Pasta por curto período, revelou-se amigo dos trabalhadores, com grande capacidade humana de sentir e atender-lhes.

Raro é encontrar-se um trabalhador que não tenha guardado em sua memória o nome de Danton Coelho.

De personalidade firme e decidida, enfrentou os acontecimentos com a bravura que lhe era peculiar. O que mais desejava que dele se dissesse era que "não foi ao Galeão". Todo o Congresso sabe da sua altiva resposta a aqueles que, no momento, se entremenchavam no Galeão, num inquérito tremendo contra os amigos de Vargas.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. BARROS DE CARVALHO — Pois não.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Quero, imediatamente, prestar minha solidariedade às palavras que V. Ex. proferiu, enaltecendo a personalidade do meu prezado e dileto amigo Danton Coelho que, na Câmara dos Deputados, tantos e relevantes serviços prestou à Nação brasileira.

O Sr. Jorge Maynard — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. BARROS DE CARVALHO — Com muito gosto.

O Sr. Jorge Maynard — Em nome do Partido Social Progressista, quero oferecer minha solidariedade ao ilustre orador no momento em que presta justa homenagem ao destacado político Danton Coelho, em nome do seu Partido.

O SR. BARROS DE CARVALHO — Muito agradecido a VV. Exas.

Articulador da candidatura Getúlio Vargas, em 1950, havendo ocupado posteriormente o alto cargo de Ministro do Trabalho, não cessou Danton Coelho de lutar ao lado de seus companheiros e do Presidente Getúlio Vargas.

Depois, numa das suas aventuras políticas, foi também candidato à vice-presidência da República, alcan-

çando uma expressiva votação, bem significativa do prestígio que havia semeado por todo o Brasil.

Faleceu Danton Coelho, por uma dessas coincidências tão comuns na vida, precisamente no dia em que se comemorava o aniversário de nascimento de Vargas, seu dileto amigo, de quem dizia que, depois de seu pai, o velho e extraordinário gaúcho Júlio Coelho, era o homem a quem mais amava.

Sr. Presidente, pedimos a inserção na Ata dos nossos trabalhos, de um voto de pesar pelo desaparecimento desse nosso companheiro do Partido Trabalhista Brasileiro e requeremos que o Senado apresente condolências à excelentíssima família e ao Estádio do Rio Grande do Sul, assim como ao Partido a que pertencia.

O golpe que hoje o destino nos desfere é dos maiores, mas estamos acostumados a isso, e esperamos que os exemplos que Danton Coelho deixou a seus companheiros, sirvam sempre de estímulo para zelar sua memória e trabalhar pelo futuro do Brasil. (Muito bem)

O SR. FREITAS CAVALCANTI (Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, pela Bancada da União Democrática Nacional, venho transmitir ao Senado e à Nação o profundo pesar com que recebemos a notícia do falecimento do Deputado Danton Coelho.

Desejo fixar, Sr. Presidente, aspecto marcante na vida desse ilustre parlamentar: a sua autenticidade como filho do Rio Grande do Sul, demonstrando, em toda a atuação de homem público, magnífico exemplo de coerência e de integração com as virtudes do povo gaúcho.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Com muita satisfação.

O Sr. Daniel Krieger — Como representante do Estado do Rio Grande do Sul, associa-me às justas homenagens que o Senado presta à memória do rio-grandense ilustre que foi Danton Coelho.

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Agradeço o aparte de V. Ex.ª.

Conheci-o na Câmara dos Deputados e, daí em diante, acompanhei sua vida política.

É de se considerar não só o aspecto a que aludi — como correto e autêntico representante das virtudes da sua gente — pelo idealismo, bravura e espírito público, como ainda a sua invariável fidelidade às amizades e princípios que manteve sempre intatos.

Ao julgarmos um homem político no seu desaparecimento, é comum a fala clássica dos eufemismos, que opulentam os Anais das Câmaras Legislativas. No entanto, no caso de Danton Coelho, quero fixar qualidades que o acompanharam durante a sua existência curta e brilhante: a fidelidade como vida aos seus ideais políticos e à constelação dos seus amigos.

Minha palavra, neste instante, exprime o pesar da Bancada da União Democrática Nacional pelo desaparecimento do Deputado Danton Coelho, cuja vida honrada e marcada por lutas incessantes, constitui um exemplo às novas gerações do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação, o Requerimento. (Pausa)

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Mesa associa-se, às homenagens prestadas à memória do ilustre ho-

mem público, Dr. Danton Coelho, e fará cumprir a deliberação da Casa. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação em primeira discussão do Projeto de Lei do Senado número 4, de 1952, que regula a profissão de corretores de seguros, tendo Pareceres, sob ns. 437, de 1956 e 69, de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Legislação Social, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Está rejeitado.

E o seguinte o projeto rejeitado, que vai ao Arquivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 1952

Regula a profissão dos corretores de seguros.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Do corretor de seguros e da sua habilitação profissional

Art. 1º O corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e a promover quaisquer contratos de seguro, admitidos pela legislação vigente, entre as Sociedades de Seguros e o público em geral.

Art. 2º O exercício da profissão de corretor de seguros depende da prévia obtenção do título de habilitação, o qual será concedido pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, nos termos desta lei.

Parágrafo único. O número de corretores de seguros é limitado.

Art. 3º Para obtenção do título a que se refere o artigo anterior, o candidato se dirigirá por si ou bastante procurador, em requerimento, ao mencionado Departamento, com indicação das modalidades de seguros a que se pretenda dedicar e a sede do seu escritório, provando documentadamente:

- a) ser brasileiro ou estrangeiro com residência permanente;
- b) ser maior de dezoito (18) anos ou menor emancipado;
- c) estar quite com o serviço militar, quando se tratar de brasileiro nato ou naturalizado;
- d) não haver sido condenado por crimes a que se referem as Seções II, III e IV do Capítulo VI, do Título I; os Capítulos I, II, III, IV, V, VI e VII do Título I; o Capítulo V do Título XI do Código Penal, III e IV do Título X e o Capítulo I do Título GI do Código Penal;
- e) não ser falido classificado fraudulento nem culposos;
- f) ter habilitação técnico-profissional referente aos ramos ou modalidades requeridos.

Parágrafo único. Se se tratar de pessoa jurídica deverá a requerente provar que está organizada segundo as leis brasileiras, ter sede no país, e, que seus diretores, gerentes ou administradores, preenchem as condições deste artigo.

Art. 4º A prova exigida pela alínea "f" do artigo anterior poderá ser feita indistintamente por qualquer uma das seguintes:

- a) servir há mais de dois (2) anos como preposto de corretor de seguros para os ramos ou modalidades requeridos;
- b) conclusão de curso em escola técnico-profissional de seguros, oficial ou reconhecida;
- c) atestado de habilitação fornecido pelo Sindicato da classe.

Art. 5º O corretor, seja pessoa física ou jurídica, antes de entrar no exercício da profissão, deverá:

- a) inscrever-se na repartição competente para o pagamento do imposto de indústrias e Profissões;
- b) prestar em moeda corrente, ou em títulos da dívida pública, computados pelo seu valor nominal, fiança de cinco mil cruzeiros;
- c) estar quite com o Imposto Sindical.

Art. 6º A fiança a que se refere o artigo anterior, será depositada no Tesouro Nacional ou suas Delegacias Fiscais ou em Caixa Econômica Federal, de acordo com a legislação vigente e, garantirá, precipuamente, as responsabilidades decorrentes do exercício da função.

Parágrafo único. Em caso de redução da importância da fiança pelo fato do pagamento de multa ou de qualquer outra coisa será notificado o corretor para que a reintegre no prazo improrrogável de oito (8) dias, sob pena de suspensão do exercício das funções.

Art. 7º Não poderá habilitar-se novamente como corretor, aquele cujo título de habilitação profissional houver sido cassado, nos termos do artigo 17.

Art. 8º O título de habilitação de corretor de seguros consistirá em anotação feita pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização na carteira profissional do requerente, expedida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 9º Pela expedição dos títulos de habilitação de corretor de seguros, ou de sua revalidação, será cobrado por verba o selo de Cr\$ 5,00 (cinquenta cruzeiros).

Art. 10. O atestado a que se refere a alínea "c" do artigo 4º será expedido com base em informações e documentos colhidos pela diretoria do Sindicato, sobre a capacidade e idoneidade profissionais do pretendente à habilitação, e mencionará sua nacionalidade, idade, estado civil, profissão, residência, número e data da carteira de identidade, tempo de atividade nos diversos ramos de seguro e designação das respectivas empresas seguradoras.

Art. 11. Nos municípios onde não houver sindicato da respectiva categoria, ou delegacias e seções desses sindicatos, ou quando o sindicato recusar o referido atestado, poderá o mesmo ser fornecido por empresa seguradora, com as indicações exigidas no artigo anterior.

§ 1º Os Sindicatos a que alude esta lei, organizarão e manterão registro dos corretores e respectivos prepostos, habilitados na forma desta lei, com os assentamentos essenciais sobre a habilitação legal e o "curriculum vitae" profissional de cada um. Para os efeitos deste parágrafo o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, fornecerá aos sindicatos interessados os dados necessários.

§ 2º Os motivos de recusa do atestado, quando se fundarem em razões que afetem a honra do interessado, terão caráter sigiloso, e somente poderão ser certificados para terceiros, mediante ordem judicial ou a requisição do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Art. 12. Os sindicatos farão publicar semestralmente no Diário Oficial da União e nos dos Estados, a relação devidamente atualizada dos corretores e respectivos prepostos habilitados.

CAPÍTULO II

Dos prepostos dos corretores

Art. 13. O corretor de seguros poderá ter um preposto, de sua livre escolha, que será seu substituto legal nos impedimentos ou faltas.

§ 1º Os prepostos serão registrados no Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, mediante requerimento do corretor e

interessado e, preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 3º.

§ 2º Os prepostos poderão receber remuneração na base de salário fixo ou de comissão.

§ 3º Os prepostos só poderão requerer título de habilitação ao cargo de corretor, depois de dois anos de exercício, renovando a prova dos requisitos exigidos nas alíneas "d" e "e" do artigo 3º.

§ 4º Os prepostos funcionarão sob responsabilidade exclusiva do respectivo corretor, cuja fiança responderá também pelos seus atos e perderão automaticamente o registro, quando forem dispensados.

CAPÍTULO III

Dos direitos e dos deveres

Art. 14. Só aos corretores de Seguros devidamente habilitados nos termos deste decreto e que tiverem assinado a proposta deverão ser pagas pelas empresas seguradoras, as corretagens admitidas para cada modalidade de seguro pelas respectivas tarifas, inclusive sobre ajustamento de prêmios.

Parágrafo único. Nos casos de alterações de prêmios por erro de cálculo na proposta ou por ajustamentos negativos, deverão os corretores restituir a diferença da corretagem.

Art. 15. O corretor deverá ter o registro devidamente autenticado pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, das propostas que encaminhar às sociedades de seguros, com todos os assentamentos necessários à elucidação completa dos negócios em que intervier.

Art. 16. Sempre que forem exigidos pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização os seus registros e documentos sobre que se baseiam seus lançamentos, deverá o corretor exhibi-los no prazo que lhe for determinado.

Art. 17. É vedado aos corretores de seguros e seus prepostos:

a) pertencer a qualquer órgão administrativo em sociedade de seguros;

b) exercer qualquer emprego, ofício ou função de natureza pública, ou em órgão paraestatal;

c) efetuar seguros de estabelecimentos comerciais ou industriais nos quais tenham interesses ou participação, quer como sócio procurador, desbanchante, contador ou empregado.

CAPÍTULO IV

Da aceitação das propostas de contrato de seguros

Art. 18. As sociedades de seguros, por suas matrizes, filiais, sucursais, agências e representantes, só poderão receber propostas de contratos de seguros:

a) por intermédio de corretor de seguros devidamente habilitado e sindicalizado;

b) diretamente dos proponentes ou seus legítimos representantes.

Art. 19. Nos casos de aceitação de contratos pela forma a que se refere a alínea "b" do artigo anterior, a importância das respectivas comissões calculadas de acordo com as tarifas, reverterão em partes iguais aos Sindicatos dos Corretores de Seguros e de Capitalização e aos Sindicatos dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, e destinar-se-ão, especialmente, dois terços, à criação de um fundo de assistência social e beneficente de seus associados e respectivas famílias.

Parágrafo único. As empresas de seguros escriturarão essas importâncias em livro devidamente autenticado

do pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

CAPÍTULO V

Das penalidades

Art. 20. Os corretores de seguros, independentemente de responsabilidade penal e civil em que possam incorrer no exercício de suas funções, são passíveis das penas disciplinares de multa, suspensão e destituição.

Art. 21. Incorrerá na pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), e no dôbro, na reincidência, o corretor que deixar de cumprir o disposto nos artigos 11 e 12.

Art. 22. Incorrerá na pena de suspensão de funções, por trinta dias a seis meses, conforme a gravidade da falta, o corretor que infringir disposições desta Lei ou outros dispositivos legais reguladores de sua profissão, para os quais não for cominada a pena de multa ou destituição.

Art. 23. Incorrerá na pena de destituição do cargo:

1º) O corretor que sofrer condenação penal à prisão por mais de dois anos;

2º) O corretor que reincidir, com circunstâncias agravantes, na pena de multa e de suspensão.

Art. 24. Ficam sujeitos à multa correspondente a 25% do prêmio anual da respectiva apólice, e ao dôbro, no caso de reincidência as empresas de seguro e corretores que transgredindo o art. 14 e as disposições do Decreto-lei nº 263, de 7 de março de 1940, concedam, sob qualquer forma, vantagens que importem em tratamento desigual dos segurados.

Art. 25. O processo para cominação das penalidades previstas nesta Lei, reger-se-á, no que for aplicável, pelos artigos 167, 168, 169, 170 e 171, do Decreto-lei nº 2.063 de 1 de março de 1940.

CAPÍTULO VI

Da repartição fiscalizadora

Art. 26. Compete ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização aplicar as penalidades previstas neste decreto e fazer cumprir as determinações constantes do mesmo.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 27. A fiança estabelecida no art. 5º, alínea "b" não limita o direito da empresa seguradora de exigir, de acordo com suas normas administrativas, garantia da responsabilidade do corretor pelas operações que lhe forem confiadas.

Art. 28. Ficam excluídas do regime e exigências desta lei as sociedades cooperativas de seguros de acidentes dos trabalhos e todos aqueles que se dediquem exclusivamente ao agenciamento de seguros de vida e de capitalização.

CAPÍTULO VIII

Disposições transitórias

Art. 29. As pessoas que já venham empregando atividade em angariação de seguros obterão o título de habilitação ao exercício da profissão de corretor de seguros, desde que, dentro de seis (6) meses, da data da publicação desta lei, apresentem ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização seus requerimentos acompanhados dos documentos exigidos pelas alíneas a, c e d do artigo 3º, e do art. 4º e a do art. 5º desta lei, observado o disposto nos artigos 10 e 11.

Parágrafo único. No primeiro período de seis meses, subsequente ao início da vigência desta lei a prova de habilitação prevista na alínea "f" do art. 3º será feita por atestado do respectivo corretor.

Art. 30. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário. — Atílio Vivacqua.

Discussão única do Parecer número 74, de 1961, da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de ser sobrestado o curso do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1960 (que prorroga a lei do inquilinato e dá outras providências) até que chegue ao Senado proposição com idêntica finalidade em andamento na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o parecer.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Fica sobrestado o andamento do projeto.

É o seguinte o Parecer aprovado:

PARECER

Nº 74, de 1961

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1960, que prorroga a Lei do Inquilinato, e dá outras providências. (Apres. pelo Senador Carlos Saboya).

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei do Senado, nº 9, de 1960, é de autoria do nobre Senador Carlos Saboya e visa prorrogar a Lei do Inquilinato, com as providências e modificações que oferece.

Estando em tramitação, na outra Casa do Congresso, um projeto sobre a mesma matéria, opinamos que fique sobrestado o andamento deste, para um estudo mais completo do assunto ao tempo em que a outra Proposição vier ao Senado.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1960. — Lourival Fontes, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Caiado de Castro. — Daniel Krieger. — Atílio Vivacqua. — Jefferson de Aguiar. — Padre Calazans. — Menezes Pimentel.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1961, que regula a aquisição da nacionalidade brasileira por efeito da adoção, tendo Parecer favorável nº 96, de 1961 da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto voltará à Ordem do Dia para sua 2ª discussão.

É o seguinte o projeto aprovado em 1ª discussão:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 1961

Regula a aquisição da nacionalidade brasileira por efeito da adoção.

Art. 1º O menor impúbere, estrangeiro ou apátrida, adotado por Brasileiro ou Brasileira será nado por Brasileiro, desde a data da adoção: se dentro dos quatro anos seguintes à maioridade tendo residência no País, requerer, ao Juiz de Direito do seu domicílio, título declaratório da nacionalidade brasileira.

Art. 2º O processo, para a expedição do título declaratório, obedecerá ao disposto no art. 6º, §§ 1º a 4º, da Lei nº 818, de 19 de setembro de 1949.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 98, de 1961

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requerio dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1961, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1961. — Mem de Sá.

O projeto figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

Em discussão o Requerimento do nobre Senador Jefferson de Aguiar, lido na hora do expediente, no qual solicita a convocação do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Exteriores para, em sessão a ser designada, prestar esclarecimentos sobre publicação de decretos e atos do Poder Executivo com força de lei, sem a observância da competência do Poder Legislativo.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo o nobre Senador Daniel Krieger solicitado a palavra, fica adiada para a próxima sessão a discussão e votação do Requerimento, de acordo com o Regimento Interno.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Antes de fazê-lo, porém, recorro aos Senhores Senadores que a sessão conjunta do Congresso Nacional marcada para hoje à noite, foi transferida, a pedido do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, para amanhã, dia 20, às 21 horas e 30 minutos.

Designo para a sessão de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 20 de abril de 1961

(Quinta-feira)

1 — Discussão única do Projeto de Resolução, nº 6, de 1961 (de autoria da Comissão Diretora), que concede aposentadoria a Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal.

2 — Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1961, que regula a aquisição da nacionalidade brasileira por efeito da adoção (incluído em Ordem do Dia em virtude

de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Mem. de Sá), tendo Parecer favorável nº 96, de 1961 da Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Discussão única do Requerimento nº 96, de 1961, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, solicitando a convocação do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores para prestar esclarecimentos sobre a publicação de decretos e atos do Poder Executivo com força de lei.

4 — Discussão preliminar (art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1960, que promove o desmembramento das linhas ferroviárias suburbanas da cidade do Rio de Janeiro e cria condições para sua integração no respectivo sistema geral de viação, tendo Parecer, sob nº 500, de 1960, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade. Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.

SENADO FEDERAL

Edital

Pelo presente Edital, a Comissão designada pelo Sr. 1º Secretário, Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello, e composta dos Senhores Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral da Secretaria e presidente da Comissão, Dr. Luciano Mesquita, Assessor Legislativo, e Sr. João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo e Secretário da Comissão, convoca, na forma do artigo 226, parágrafo 2º,

da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de trinta (30) dias, a partir desta data, o Sr. Luiz dos Santos Fonseca, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a fim de que venha a ter vistas e apresentar defesa no processo administrativo de demissão, por abandono do cargo, que lhe está sendo movido na Secretaria do Senado Federal, com fundamento no artigo 210, item II, parágrafo 1º, da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal em 14 de abril de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Presidente da Comissão.